

O MATERIALISMO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO: APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Historical-geographic materialism: theoretical-methodological notes

Evânio dos Santos Branquinho

Docente na graduação e mestrado em Geografia da UNIFAL-MG, Brasil

evanio.branquinho@unifal-mg.edu.br

Recebido: 01.08.2023

Aceito: 04.09.2023

Resumo

Desde o final da década de 1960, o marxismo e a Geografia passaram por intensos debates e reformulações. A Geografia crítica, gestada no contexto de crise do capitalismo, conflitos sociais e mobilizações urbanas desse período, desdobra-se epistemologicamente para apreender essas transformações. Por outro lado, o espaço revelou-se um elemento chave na renovação do marxismo e da teoria crítica. Entretanto, a articulação geografia e marxismo colocou desafios teórico-metodológicos consideráveis, que possibilitaram a transformação de ambos, abrindo novas perspectivas, não isentas de contradições. O objetivo principal desta pesquisa é abordar o direcionamento da Geografia ao marxismo especialmente a partir da década de 1970, discutindo os principais apontamentos teórico metodológicos tratados pela disciplina, por meio de obras que fundamentaram esse encaminhamento. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, apoiada essencialmente em pesquisa bibliográfica, na discussão de obras que conceberam uma posição crítica e original sobre o conhecimento geográfico e contribuíram na reformulação de seus paradigmas.

Palavras-chave: Geografia crítica, marxismo, epistemologia, materialismo dialético, espaço geográfico.

Abstract

Since the late 1960s, Marxism and Geography have undergone intense debates and reformulations. Critical Geography, created in the context of the crisis of capitalism, social conflicts and urban mobilizations of that period, unfolds epistemologically to apprehend these transformations. On the other hand, space proved to be a key element in the renewal of Marxism and critical theory. However, this articulation of geography and Marxism posed considerable theoretical-methodological challenges, which enabled the transformation of both, opening up new perspectives, not exempt from contradictions. The main objective of this research is to approach the direction of Geography to Marxism, especially from the 1970s, discussing the main theoretical and methodological notes dealt with by the discipline through works that supported this route. Methodologically, this is qualitative research, essentially supported by bibliographic research, in discussing works that conceived a critical and original position on geographic knowledge and contributed to reforming its paradigms.

Keywords: Critical geography, Marxism, epistemology, dialectical materialism, geographic space.

1. INTRODUÇÃO

A orientação da ciência geográfica ao marxismo, especialmente a partir da década de 1970 – o que se convencionou de Geografia Crítica ou Radical –, apesar da renovação de seus pressupostos e da afirmação de um posicionamento político, não compreende uma tarefa simples no campo epistemológico.

As complexidades de aplicação do materialismo histórico e dialético na Geografia revelam, em muitos aspectos, mais um discurso do que sua efetividade. Dificuldades de entendimento e principalmente de reformulação do próprio marxismo diante de ortodoxias, que ressaltam o tempo e a história, nas quais o espaço aparece como apêndice, tornaram-se um desafio até os dias atuais.

Na epistemologia da Geografia apresentaram-se duas grandes dificuldades: na clássica, o dualismo sociedade e natureza e, na crítica, a inserção da categoria espaço no materialismo histórico e dialético. Ambas expuseram a insuficiência teórico-metodológica para o tratamento de tais complexidades, que permeiam a ciência geográfica, não obstante a transcende.

Por outro lado, o espaço como categoria ontológica é imanente à totalidade, esta última essencial ao marxismo. Também na perspectiva geográfica, os pressupostos da *conexão* e da *síntese* colocam-se como aproximações-chaves à noção de totalidade, portanto, um caminho na construção de um paradigma socioespacial.

Marx também não explanou de forma detalhada o método, ele o aplicou, aparecendo mais como uma referência geral. Esse fato decorre do próprio princípio do materialismo histórico, o qual não é possível indicar um conjunto de regras de aplicação do método, uma vez que cada contexto histórico (concreto) encaminha uma elaboração própria de investigação. Desse modo, as abordagens se relativizam, sendo constituídas no decorrer do processo, a partir do qual o próprio conceito é construído ou reconstruído; embora considerando também categorias gerais, a exemplo de totalidade, modo de produção, trabalho, valor etc., constituindo assim uma dialética entre a parte e o todo, continuidade e descontinuidade, sucessão e simultaneidade.

Nesse contexto, o objetivo principal do presente estudo é abordar o direcionamento da Geografia ao marxismo especialmente a partir da década de 1970, discutindo os principais apontamentos teórico-metodológicos tratados pela disciplina, através de obras que fundamentaram esse encaminhamento.

Não cabe aqui discorrer uma extensa revisão da literatura sobre o método materialismo histórico e dialético nem os pormenores deste movimento na Geografia, mas

discutir pontos basilares dessa trajetória, destacando algumas de suas fontes principais e suas contribuições.

Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho interpretativo e apoiada essencialmente em pesquisa bibliográfica. Adotou-se como critério de seleção dos textos autores que constituíram uma posição crítica e original sobre o conhecimento geográfico e contribuíram na reformulação de seus paradigmas. Através desses autores, é possível desvendar um processo e nos oferecer uma visão de conjunto desse movimento de renovação.

Outro material que se revelou importante foram as entrevistas publicadas de alguns desses autores, nas quais aparecem de uma forma mais objetiva os propósitos explanados em suas obras, o contexto de sua elaboração e os debates com outros pesquisadores. Também foi consultada uma bibliografia de apoio, mas o enfoque recaiu sobre os autores originais.

A presente pesquisa trata-se de uma visão mais prospectiva do que uma exegese de cada obra, de um processo que estava em curso de renovação epistemológica. Busca-se, a partir desse delineamento, mais do que uma visão particular de determinado autor e, desse modo, expor uma trajetória, revelando uma qualidade diferente: de um conhecimento construído coletivamente.

2. O MÉTODO MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO

Ao fazer a crítica à dialética em Hegel, esta dialética apoiada em um idealismo no qual o Estado assumia a racionalidade final, Marx, invertendo tal concepção, ressalta justamente a materialidade do processo social, ou seja, sua determinação histórica. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, Marx indica o erro inicial de Hegel:

Quando ele concebe, por exemplo, a riqueza, o poder estatal, etc., como essências alienadas para o ser humano, isto só acontece na sua forma de pensamento [...]. São seres de pensamento e por isso simplesmente uma alienação do pensamento filosófico puro, isto é, abstrato. Todo o movimento termina assim como o saber Absoluto (MARX, 1985, p. 36).

Em crítica ao materialismo de Feuerbach, o autor avança mais na concepção do materialismo, ressaltando a noção de *práxis*:

A falha capital de todo o materialismo até agora (inclusive o de Feuerbach) é captar o objeto, a efetividade, a sensibilidade apenas sob a forma de objeto ou de intuição, e não como atividade humana sensível, práxis; só de um ponto de vista subjetivo [...] Feuerbach quer objetos sensíveis – efetivamente diferenciados dos objetos de pensamento, mas não capta a própria atividade humana como atividade objetiva (MARX, 1985, p. 51).

Nesse movimento crítico de Marx, há a superação das dicotomias teoria e prática e sujeito e objeto, indicando que a ciência e os cientistas não são neutros, pois as posições políticas ideológicas atravessam esse âmbito e sujeitos.

É imanente ao método materialismo histórico e dialético o pressuposto de *movimento*: parte-se do real ao abstrato e, deste último, o retorno ao concreto, ou seja, começa-se por uma realidade representada, mas ainda de forma desorganizada, em seguida, realiza-se a elaboração teórica (análise), e após esta, faz-se o retorno ao real, mas agora de uma forma organizada (síntese), no qual se articulam teoria/prática e parte/todo. Se parte do real, este determina o tratamento teórico, do contrário, estar-se-ia apenas tentando encaixar a realidade nas próprias teorias e convicções.

Marx, no exemplo do estudo da população, expõe o procedimento regressivo-progressivo, a partir de uma série de *mediações*:

Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações (MARX, 2011, p. 77).

Nesse sentido, é importante expor o que se concebe como concreto:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação (MARX, 2011, p. 77-78).

O ponto de partida de Marx é o contexto histórico e geográfico da segunda metade do século XIX, do capitalismo industrial e concorrencial dos Estados nacionais da Europa ocidental, de uma economia internacionalizada, etc. Parte-se de um procedimento regressivo, seja no tempo ou nas categorias, em busca do “elemento constitutivo original” daquela problemática. Nesse sentido, o autor parte da noção de capital, e não, por exemplo, da população ou da propriedade da terra:

O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Tem de constituir tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada, e tem de ser desenvolvido antes da renda da terra. Após o exame particular de cada um, é necessário examinar sua relação recíproca (MARX, 2011, p. 87).

Portanto, é a partir do capital que Marx faz a regressão histórica e categorial, analisa a produção, as classes sociais, o trabalho, a mercadoria, a propriedade, entre outras. O autor explica porque a regressão não poderia ser a partir da população, pois esta abstrai

as classes, as relações de trabalho etc., enquanto a propriedade da terra abstrai categorias mais simples, como posse e relações de famílias e tribos.

Em seguida, o autor faz a progressão, a síntese, ou seja, o movimento de restituição da totalidade, à sociedade capitalista, contemporânea, situada no tempo e no espaço. A totalidade não é simplesmente a soma dos elementos, é diferente qualitativamente, compondo um todo “orgânico”, aberto e em movimento.

Nessa restituição, não basta colocar apenas dois elementos em oposição, isso cairia apenas em um dualismo, é necessário articulá-los, expor suas tensões, e desta interação constituir uma síntese, que forma uma outra posição em relação a uma outra antítese. Portanto, estaria pressuposto um movimento: uma afirmação, sua negação e, a seguir, a negação da negação. Aqui é importante a noção de *superação* ou *subsunção*, a qual uma afirmação não é negada de modo absoluto, mas criticada e incorporada na construção do pensamento sobre determinada realidade, em um movimento contínuo de complexificação.

Portanto, está posto nesse movimento entre os contrários, a ideia de transformação, de um *devir*. Esse movimento é ao mesmo tempo lógico (dialético) e histórico (materialismo), todavia, não é um sistema fechado ou uma história linear, mas repleta de determinações e mediações, implicações e contradições. Como no exemplo a seguir na apreensão da sociedade burguesa a partir do capital:

Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico (MARX, 2011, p. 87).

Outro movimento importante é a abordagem da relação sociedade e natureza. No materialismo histórico e dialético, não há em essência uma separação, como se manifestou na Geografia moderna de influência positivista. O trabalho constitui a mediação do ser humano com a natureza, como a *produção* de suas condições de existência; nessa relação dialética, tanto a natureza é transformada quanto a própria natureza humana (MARX, 2013).

De um modo mais amplo, segundo o autor, os meios de trabalho constituem as *condições objetivas* que não entram diretamente no processo de produção, mas sem elas não é possível sua realização:

O meio universal de trabalho desse tipo é, novamente, a terra, pois ela fornece ao trabalhador o *locus standi* [local] e, a seu processo de trabalho, o campo de atuação (*field of employment*). Meios de trabalho desse tipo, já mediados pelo trabalho, são, por exemplo, oficinas de trabalho, canais, estradas etc (MARX, 2013, p. 330).

Indo além da relação ontológica, o autor volta-se ao processo histórico a partir da análise das formações pré-capitalistas, em que o trabalho se torna “livre”, ou seja, vai sendo desvinculado progressivamente de suas condições objetivas, até tornar-se, no regime capitalista, a única propriedade do trabalhador, sua força de trabalho, que se torna uma mercadoria.

Isto porque o trabalhador encontra as condições objetivas do trabalho separadas dele como *capital*, e o capitalista encontra o *trabalhador* privado de propriedade como trabalhador abstrato – a troca, tal como se dá entre valor e trabalho vivo –, supõe um *processo histórico* (MARX, 2011, p. 647).

Este é, em essência, um processo de expropriação dos meios e instrumentos de trabalho, da terra, da comunidade e de seu território, dos antigos modos de produção:

Ali onde já existe a separação entre os membros da comunidade como proprietários privados de si mesmos como comunidade urbana e proprietários de território urbano, também já estão dadas as condições pelas quais o indivíduo singular pode perder sua propriedade (MARX, 2011, p. 656).

Assim como a divisão do trabalho gera o aumento das forças produtivas, em antítese, será uma condição fundamental para avançar o processo de dissolução das condições objetivas da produção, uma delas, a divisão territorial do trabalho entre a cidade e o campo:

A base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pela troca de mercadorias é a separação entre cidade e campo. Pode-se dizer que a história econômica inteira da sociedade está resumida no movimento dessa antítese, da qual, no entanto, não trataremos aqui¹. (MARX, 2013, p. 530).

A partir da condição ontológica do metabolismo ser humano-natureza, pode-se delinear uma epistemologia em que o espaço aparece como sobreposição de trabalho social (valor) acumulado ao longo do tempo, uma “natureza socializada”. As divisões do trabalho social, técnica e territorial incrementam essa relação, engendrando diferenciações e desigualdades que são exploradas pelo capital. Na divisão territorial do trabalho, o espaço e sua produção tornam-se elementos chaves para a reprodução do regime capitalista.

No que diz respeito ao espaço, Marx não desenvolveu uma categoria propriamente, embora apareçam inúmeras referências sobre o espaço urbano, o capital fixo² e a renda da terra, não houve um tratamento teórico sobre a espacialidade. Sua abordagem aparece na elaboração da totalidade sociedade capitalista, como no caso a seguir sobre a renda diferencial.

Por fim, é claro que o progresso da produção social em geral tem, por um lado, efeito nivelador sobre a localização como causa da renda diferencial, porquanto gera mercados locais e, mediante o estabelecimento dos meios de comunicação e de transporte, cria espaço; além disso, ele aumenta as diferenças entre as localizações (MARX, 2017, p. 866, grifo nosso).

A passagem citada é muito significativa, pois a terra aparece como uma mercadoria (valor de uso e valor de troca) e está colocada praticamente a ideia de *produção social do espaço*, como a implantação de infraestruturas reordenam a localização e sua valorização diferenciada, que define desigualdades espaciais e rendas diferenciais.

É importante considerar, como afirmou Quaini (1979, p. 50), que seria um equívoco pensar a obra de Marx em função da fragmentação da ciência que se desenvolveu principalmente em fins século XIX, com o positivismo. Marx está preocupado com os problemas de reprodução da sociedade burguesa em seu todo e não especificamente com a história, a economia, a geografia etc.

Nesse sentido, a noção de totalidade como síntese de múltiplas determinações, unidade da diversidade, é essencial para superar esse aparente dilema entre as ciências parcelares. As categorias e conceitos do materialismo histórico e dialético serão fundamentais para a superação de dualismos na Geografia, a exemplo do debate de seu “excepcionalismo”, como uma disciplina que visa descrever casos individuais, amparada na diferenciação de áreas, ou formular leis científicas (JOHNSTON, 1986).

É importante assinalar a contribuição de Friedrich Engels para os estudos urbanos críticos ao retratar com profundo realismo as degradantes condições de vida do proletariado nas cidades industriais inglesas, com destaque para *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1845. No capítulo *As grandes cidades* são detalhadas as condições insalubres das habitações dos trabalhadores, a precária infraestrutura; do arranjo viário à distribuição dos bairros e das classes sociais, os interesses dos proprietários, dos construtores e das indústrias demonstram a espacialização que o processo de industrialização assumiu no centro principal do capitalismo à época. A exemplo da reestruturação de Manchester numa cidade industrial:

As poucas centenas de casas próprias da velha Manchester foram abandonadas há muito por seus primitivos habitantes; foi a indústria que fez com que fossem ocupadas pela massa de operários que hoje moram nelas; foi a indústria que cobriu de construções cada espaço livre entre as velhas casas, a fim de abrigar aí as massas que compelia a abandonar os campos e a Irlanda; foi a indústria que permitiu aos proprietários desses estábulos alugá-los a altos preços, como se fossem habitações humanas, explorando a miséria dos operários, minando a saúde de milhares de pessoas e enriquecendo-os apenas a eles, os proprietários; foi a indústria que fez com que o trabalhador, recém liberado da servidão, pudesse ser utilizado novamente como puro e simples instrumento, como coisa, a ponto de ter de se deixar encerrar em cômodos que ninguém habitaria e que ele, dada a sua pobreza, é obrigado a manter em ruínas (ENGELS, 2008, p. 96)

O capítulo sobre as grandes cidades é articulado aos demais sobre o proletariado em diferentes setores econômicos, sobre a concorrência, a imigração, a burguesia. Apesar das categorias do método do materialismo dialético aparecerem ainda incipientes, direciona o

enfoque à dura reprodução da vida material do proletariado, refutando formulações idealistas. A passagem anterior é um exemplo de como o espaço está colocado na análise, de um modo subjacente e não elaborado como um conceito e articulado a uma teoria, mas está colocada a lógica da exploração econômica das diferenças espaciais.

O propósito de atualização do marxismo ao contexto do século XX contou com diversos autores e linhas desse pensamento, entre outros, para os objetivos desta pesquisa. Na direção de um materialismo histórico e geográfico, destacamos Vladimir Lênin.

No início do século XX, Lênin aborda a constituição de uma fase imperialista do capitalismo, através da formação de grandes monopólios empresariais, a partir da formação de trustes e cartéis, de um capitalismo financeiro, com a junção dos capitais bancários e indústrias, que acentuam o processo de *desenvolvimento desigual* do capitalismo da escala local à mundial.

O que caracterizava o antigo capitalismo, onde reinava a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo atual, onde reinam os monopólios, é a exportação de *capitais*. [...] O desenvolvimento desigual, e por saltos, das diferentes empresas, das diferentes indústrias e dos diferentes países é inevitável em regime capitalista (LÊNIN, 1987, p. 60).

A noção de desenvolvimento desigual será chave para a espacialização da divisão social do trabalho, como divisão territorial do trabalho, assim como de um desenvolvimento geográfico desigual.

Outro autor importante que buscou uma renovação do marxismo, e sua contextualização ao século XX, especialmente em sua segunda metade, foi Henri Lefebvre. A estruturação de um capitalismo monopolista e de crescente participação do Estado, o que o autor denominou de neocapitalismo, levou a buscar uma renovação de seus fundamentos, sobretudo com relação às categorias de tempo e espaço, para além da produção econômica propriamente, a reprodução das relações sociais de produção, na qual a programação do tempo produtivo se estende à programação da vida cotidiana. Desde o final da década de 1940, o autor desenvolve estudos sobre a vida cotidiana no mundo moderno, que o levaria a formular o conceito de *sociedade burocrática de consumo dirigido*, no qual o Estado assume uma atuação determinante (LEFEBVRE, 1991).

O cotidiano contém uma espacialidade, a reprodução também se estende e ocorre por meio do espaço, que se torna um elemento essencial para a *sobrevivência do capitalismo*, a *produção do espaço* como mercadoria, da qual afloram as contradições entre valor de uso e valor de troca. O espaço, com ênfase ao urbano, torna-se um produto e uma

condição da reprodução socioeconômica, um componente estratégico na dinâmica dos atores e classes sociais por sua apropriação.

Ele seria mais a condição e o resultado: o Estado, e cada uma das instituições que o compõem, supõem um espaço e a organização segundo suas exigências. [...] Relação social? Sim, certamente, mas inerente às *relações de propriedade* (a propriedade do solo, da terra, em particular), e de outra parte ligada às *forças produtivas* (que moldam esta terra, este solo), o espaço social manifesta sua polivalência, sua 'realidade' ao mesmo tempo formal e material. *Produto* que se utiliza, que se consome, ele é também *meio de produção*; rede de trocas, fluxos de matérias-primas e de energias moldam o espaço e são determinados por ele. Esse meio de produção, produto como tal, não pode se separar nem das forças produtivas, das técnicas e do saber, nem da divisão do trabalho social, que o modela, nem da natureza, nem do Estado e das superestruturas (LEFEBVRE, 1974, p. 102).

Lefebvre propõe que a produção do espaço ocorre em um processo triádico: a representação do espaço; o espaço de representação e a prática espacial; e na perspectiva fenomenológica: espaço concebido, espaço vivido e espaço percebido (LEFEBVRE, 1974).

A teoria do espaço de Lefebvre consiste em uma referência importante na “virada espacial” do marxismo. Essas concepções terão influências decisivas na constituição da Geografia Crítica e marxista. Na próxima seção, discutiremos como essas categorias e conceitos vão sendo debatidos e articulados à Geografia.

3. UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO DA GEOGRAFIA AO MARXISMO

Uma articulação inicial da Geografia ao marxismo manifesta-se a partir do final da década de 1940, especialmente com Jean Dresch e Jean Tricart, membros do Partido Comunista Francês³. Ambos contestaram a fragmentação da ciência e da própria Geografia, como uma ciência descritiva e sua aparente neutralidade, buscando reafirmar seu papel de uma ciência humana e de ação prática.

Nesse sentido, Jean Dresch afirmava, em 1948⁴, em crítica à Geografia de influência positivista, sobre o problema desta não desenvolver um método próprio, o que restringia suas análises, ficando presa à ideologia burguesa: “Devido à falta de métodos específicos, a geografia, talvez mais que qualquer outra ciência, sofre a influência das ideologias em curso, e a geografia humana mais do que a física” (DRESCH, 1980, p. 8).

O autor faz uma crítica à disciplina, indicando o exemplo de como eram abordados o operário e a empresa, que abstraía e isolava os sujeitos sociais e assim perdia as conexões explicativas:

Este último não representa mais que uma mão de obra, um ser abstrato, que se calcula pelo preço e pelos lucros que proporciona, que pode ser reduzido a um material de estatística. [...] A criatura é distinguida, mas o funcionamento da empresa é mal compreendido. Pode-se falar em concentração vertical e horizontal,

mas essa questão isolada não explica a origem do capital da empresa e os laços mantidos com os grandes organismos comerciais, industriais e bancários, nacionais e transnacionais (DRESCH, 1980, p. 18-19).

Questiona os limites de uma abordagem descritiva, com explicações superficiais e classificações formalistas:

O fato limitado à descrição dificulta a questão de revelar os erros de detalhe, e as explicações ficam estabelecidas apenas nas aparências. Uma interpretação marxista não se satisfaz somente com o emprego de uma terminologia formal, como qualificar uma sociedade de “feudal” sem levar em conta as devidas explicações (DRESCH, 1980, p. 22).

Propõe, em relação à Geografia Humana, a articulação com as demais ciências sociais, visando à restituição de uma totalidade:

Há somente uma geografia humana, ligada à história, à economia, à sociologia, a todas as outras ciências humanas, o que constitui uma síntese especial, limitada por sua vez aos fenômenos atuais concretos.
Descrição total da vida dos grupos humanos, é uma explicação da sua ligação profunda com as outras ciências humanas.
E isto, naturalmente, faz com que certas interpretações sejam condicionadas pelas ideologias em curso (DRESCH, 1980, p. 17).

Aí, já se apresenta a ideia de uma ciência de síntese, mas não segundo as proposições da geografia positivista – que efetivamente alcançou apenas uma limitada síntese, ficando restrita às análises descritivas –, defende uma síntese dentro de uma totalidade e concreticidade do materialismo histórico-dialético.

Lacoste (1976) aponta Dresch como um pioneiro no estudo de uma geografia dos capitais, entretanto que acabou se afastando dos problemas humanos e políticos para se dedicar aos estudos de geomorfologia, indicando as dificuldades da orientação da geografia ao marxismo:

É assim que Jean Dresch, cuja ação anticolonialista foi grande, que estabeleceu em 1945, com Michel Leiris, o relatório sobre o trabalho forçado na África Ocidental Francesa e que encetou, nos anos cinquenta, toda uma série de pesquisas bastante importantes em geografia humana (sobre a geografia dos capitais nos países coloniais), consagra em seguida, à geomorfologia, o essencial de sua atividade (LACOSTE, 1973, p. 144).

Também na área da geomorfologia, Jean Tricart publica, em 1953, o texto sob o título *Primeiro ensaio sobre geomorfologia e o pensamento marxista*, destinado ao partido comunista francês, e expressa uma crítica aos princípios de uma “ciência pura”, sem articulação com a prática, e defende uma ciência sob os pressupostos do marxismo:

O aprimoramento do pensamento marxista como efeito da potencialização da luta de emancipação dos povos provoca o conflito dos intelectuais de vanguarda no campo das concepções burguesas. Nos países democráticos, essa luta tem por objetivo colocar a ciência ao serviço das massas, desenvolvendo os meios de

produção que tornam possível a marcha radiante em direção a uma vida melhor. Nos países capitalistas, nossa tarefa consiste em desmascarar as insuficiências do pensamento burguês, sua inépcia de tomar consciência dos verdadeiros problemas e assim demonstrar a superioridade do pensamento marxista (TRICART, 1953, p. 62).

Em relação à geomorfologia clássica, aponta seu caráter especulativo e atraso metodológico, e propõe uma geomorfologia sob fundamentação marxista:

O objeto da geomorfologia é o estudo dos aspectos do relevo terrestre e sua formação. O relevo é um elemento central do meio físico que serve de substrato ao desenvolvimento das sociedades humanas. A respeito disso, os geomorfólogos burgueses não têm mais que uma visão restrita. Para estes, basta uma descrição imprecisa das formas de relevo. A explicação disso está no domínio da ciência pura: não fornece mais que uma satisfação intelectual, um malabarismo irresponsável das ideias (TRICART, 1953, p. 63).

Sustenta que a geomorfologia deve buscar a perspectiva de integração dos processos naturais e sociais, assim como um posicionamento crítico em relação às ideologias burguesas:

O estudo da gênese do relevo coloca o intelectual diante de uma combinação de forças naturais cuja importância é essencial para a sociedade. A terra cultivada é submetida à erosão, de cujo ritmo depende a fertilidade do solo. Se a erosão se acelera, o horizonte superficial do solo, o que mais importa para a agricultura, é destruído. Em meio a enorme destruição dos solos pela erosão, provocada pela exploração voraz do capitalismo, os ideólogos burgueses assumem o malthusianismo (TRICART, 1953, p. 63).

Em conclusão, Tricart defende uma abordagem dialética dos fenômenos na superfície terrestre articulados à vida e às implicações da ação humana, assim como de ação prática dessa disciplina:

Mas essa análise não deve abstrair esses processos do conjunto no qual operam: eles são apenas um elemento de uma oposição dialética que compreende todos os outros elementos da camada superficial do globo terrestre, nos quais a vida tem um papel essencial: vida vegetal e animal, mas também a ação do homem. Esta última modifica as condições da vida vegetal e animal de modo intenso e profundo, o que lhe concede uma importância morfológica de primeiro plano. Negá-la é dar provas a favor do idealismo e é ao mesmo tempo impedir a geomorfologia de concorrer na luta dos povos por uma vida melhor (TRICART, 1953, p. 72).

É necessário contextualizar as colocações de Tricart na década de 1950, período de intensa polarização da Guerra Fria e da influência do Partido Comunista Soviético sobre os outros partidos comunistas, apesar das críticas crescentes ao stalinismo. Não obstante, considera-se aqui as proposições de uma geomorfologia marxista, do emprego da dialética para a realização de estudos integrados de sociedade e natureza, superando o dualismo presente na Geografia de influência positivista, assim como a defesa de uma ação prática, negando a posição ideológica de uma ciência neutra, com a separação do sujeito e o objeto.

Em 1959, Yves Lacoste publica *Os países subdesenvolvidos*, que alcançou bastante repercussão no período em que eram debatidas as condições e a classificação desses

países, com edições e atualizações posteriores, discutindo os problemas da descolonização e o neocolonialismo, as distorções nas definições vagas ou parciais de subdesenvolvimento e Terceiro Mundo, as abstrações e generalizações na classificação desse bloco de países, considerado homogêneo e estático (LACOSTE, 1972).

Lacoste ressalta a complexidade desses países e propõe uma interação de elementos econômicos, sociais e políticos para o seu entendimento. Preliminarmente, procede a uma análise das características constitutivas desses países; em seguida, discute com mais detalhes o problema do elevado crescimento demográfico articulado às condições econômicas e aos níveis de desenvolvimento técnico.

Após discutir suas principais características, sintetiza as causas originais do subdesenvolvimento que são essencialmente históricas:

Algumas causas do subdesenvolvimento são bastante antigas e às vezes deixaram de existir (ancilose das sociedades tradicionais); outras apareceram há uns vinte anos (evolução do mercado internacional). O subdesenvolvimento, fato atual, é o resultado de causas que se combinam ou revezam há vários séculos: ancilose econômica e social, ausência de burguesia, debilidade militar, dependência política e econômica, constituição de minoria privilegiada, desintegração das estruturas tradicionais, limitações do setor de economia moderna, evolução desfavorável dos *terms of trade* e do mercado de capitais, crescimento de acelerado (LACOSTE, 1972, p. 73).

Expõe uma crítica da economia política desses países ligada à expansão das relações de produção capitalistas, a articulação das escalas do sistema mundial capitalista e as condições internas desses países, suas contradições e as relações das classes sociais:

O subdesenvolvimento resulta fundamentalmente da intrusão do sistema capitalista no seio de sociedade ancilosadas em estruturas sociais menos evoluídas, em proveito de minorias (estrangeira ou autóctone) política e economicamente privilegiada. Suas exações restringem de tal modo o mercado interno, que as atividades econômicas modernas são essencialmente limitadas às necessidades do país estrangeiro (LACOSTE, 1972, p. 76).

Lacoste procurou uma síntese dos fatores ligados ao subdesenvolvimento em suas implicações internas e externas, assim como uma diferenciação das situações desses países em relação aos níveis de desenvolvimento e, por fim, apontar formas e perspectivas de evolução desse conjunto. Entretanto, não há um maior tratamento teórico à mobilização de categorias como divisão do trabalho e desenvolvimento desigual, o que poderia revelar melhor a dinâmica capitalista do sistema mundial, o tratamento dá-se mais em termos da dependência dos países subdesenvolvidos.

A principal contribuição de Lacoste foi realizar uma análise desmistificadora das causas naturais, raciais ou religiosas do subdesenvolvimento, assim como apoiada apenas na geopolítica ou na economia, mas trazendo indicadores como os níveis de analfabetismo.

Essa análise é situada no contexto da divisão internacional do trabalho, na qual caracteriza o subdesenvolvimento não apenas na diferença entre os países, mas especialmente na *desigualdade*.

Nesse momento, pode-se afirmar que o posicionamento do autor, apesar da forma de argumentação crítica, sustenta apenas a superação das condições de subdesenvolvimento, e não do modo de produção capitalista, situando-se mais no ideário da *Geografia Ativa*, a partir da qual recupera essa discussão, conforme discute-se mais à frente.

A publicação da obra *Geografia Ativa*, em 1964, por Pierre George, Raymond Guglielmo, Bernard Kayser e Yves Lacoste foi um momento importante na transição à Geografia Crítica, a qual salientou, entre outras problemáticas, as desigualdades sociais e econômicas, questões sobre os países industrializados e os subdesenvolvidos, e uma reformulação da abordagem regional (GEORGE *et al.*, 1980).

Pierre George trata na primeira parte, intitulada “Problemas, doutrinas e métodos”, sobre a finalidade da Geografia, criticando a instrumentalização da ciência geográfica na primeira metade do século XX em função dos interesses coloniais e imperialistas. Defende um reposicionamento da Geografia voltado “à melhoria das condições de existência das coletividades humanas”.

Portanto, reafirma o papel da Geografia como uma ciência humana, tendo como objeto principal:

[...] o esclarecimento e a interpretação de todas as relações que contribuem para a constituição de um complexo ou equilíbrio entre a dinâmica e a inércia de um meio, a dinâmica ou inércia das coletividades humanas que residem neste meio, ou que aí implicam suas iniciativas (GEORGE, 1980, p. 15).

Situa a Geografia como uma ciência do espaço, cujos métodos são diferentes das ciências naturais do espaço, enfatiza o papel do processo histórico (embora diferencie os métodos do historiador) e do desenvolvimento desigual:

O conhecimento histórico dos fatores e das causas do desigual desenvolvimento das técnicas precede e esclarece a constatação da diversidade atual do mundo do ponto de vista da aquisição das técnicas dos níveis econômicos, das condições sociais etc. (GEORGE, 1980, p. 17).

Sobre as relações entre as diferentes disciplinas especialmente as ciências econômicas e sociais, a Geografia realiza um estudo qualitativo de situar os dados e fatores de uma porção do espaço. Nesse sentido, o objeto da geografia corresponde ao estudo das *situações*:

Uma situação é a resultante, num dado momento – que é, por definição, o momento presente, em geografia – de um conjunto de ações que se contrariam, se moderam ou se reforçam e sofrem os efeitos de acelerações, de freios ou de inibição por parte

dos elementos duráveis do meio e das sequelas das situações anteriores (GEORGE, 1980, p. 20).

Salienta a necessidade dos estudos das relações das diversas variáveis visando uma totalidade, em que a situação é sobretudo a *região*, o emprego do método comparativo, por meio da análise de dados para estudo das relações da produção, do consumo e sua projeção no espaço, em que propõe uma “geografia do consumo”. Esse conhecimento seria direcionado ao planejamento, ao poder público que teria a função de intervir:

Os mecanismos mobilizadores são bloqueados por estruturas sociais, por sequelas de tutelas paralisantes, por um bloqueio de créditos etc. **denunciar** os obstáculos não é resolver os problemas, mas é fornecer, àqueles os instrumentos políticos de ação, os meios de fazê-lo evoluir (GEORGE, 1980, p. 30, grifo nosso).

De um modo geral, esse período caracterizou uma *geografia de denúncia* à instrumentalização do saber geográfico, às desigualdades sociais e econômicas, sem uma maior articulação das categorias do materialismo à Geografia e sem a tomada de um posicionamento político mais efetivo, estabelecendo uma transição à Geografia crítica.

Numa posição semelhante nesta obra, em crítica a uma “etapa contemplativa” da Geografia francesa de influência em La Blache, Lacoste defende um papel ativo do geógrafo na ação de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo (LACOSTE, 1980, p. 153).

Em *Sociologia e Geografia*, de 1966, Pierre George desenvolve mais as proposições epistemológicas de *Geografia Ativa*, discutindo as diferenciações e as convergências entre as abordagens das duas disciplinas. Sobre as convergências, assinala os temas interdisciplinares: “[...] o tema do trabalho, que é o tema das atividades e o da produção; — o tema da existência, subdividido em três ramos: habitação, consumo (utilização dos serviços, lazer, cultura, etc.) e movimentos” (GEORGE, 1969, p. 91).

A integração desses conhecimentos ocorreria com os aportes da economia e outras ciências como a psicologia, que “[...] dá ênfase a tomada de consciência e às aptidões de pessoas e grupos com relação aos problemas essenciais da vida cotidiana em cada conjuntura local ou regional” (GEORGE, 1969, p. 92).

O autor enfatiza as condições de trabalho e da existência, esta última com relação ao habitat, ao consumo e aos deslocamentos, na conformação da vida cotidiana. Contudo, fazer referência não significa desenvolver um conceito, muito menos uma teoria. De qualquer modo, essa aproximação apontaria para a formulação de uma “Geografia Social”.

Verifica-se um esforço para a abordagem de temas sociais mais amplos e a preocupação de integração dos conhecimentos analíticos das disciplinas. Entretanto,

mantém-se o posicionamento da ciência como auxiliar ao planejamento e à tomada de decisões dos poderes públicos:

As ciências humanas deixaram de ser contemplativas – ou descritivas – e são cada vez mais levadas a se tornar ativas, isto é, a participar de uma pesquisa normativa capaz de fornecer os temas de uma política do equipamento e do desenvolvimento urbano e regional. O Estado e as coletividades públicas estão recorrendo a “conselhos” por se verem obrigados a intervir para evitar o agravamento do caos cujo responsável é um liberalismo confuso e especulativo (GEORGE, 1969, p. 163).

Milton Santos (1980⁵) salienta que no período pós-Segunda Guerra Mundial, em função da polarização política da Guerra Fria, os geógrafos, em suas “escolas nacionais”, tinham certo receio de assumir uma postura política mais direta em seus trabalhos acadêmicos. Assim, nas décadas de 1940 e 1950, o referencial marxista foi empregado de uma forma mais superficial e até mesmo inconsciente, tais como as questões sobre a acumulação da renda e a mais-valia urbana.

Posteriormente, Lacoste (1993) expressaria duras críticas à geografia que se institucionalizou na França a partir da década de 1950 e seu principal autor, Pierre George, a qualificando com corporativa e esvaziada de sentido político⁶.

Um posicionamento político mais engajado, a exemplo de Lacoste, ocorreria apenas na década de 1970, promovendo o resgate da geopolítica – a qual passou por intenso desgaste no pós-guerra —, conforme discutiremos na próxima seção.

4. A VIRADA CRÍTICA E MARXISTA NA GEOGRAFIA

É ao final da década de 1960 que uma virada marxista ganha mais força na Geografia, assumindo um caráter de “movimento radical” (PEET, 1985). É também uma virada urbana, em função de grandes manifestações estudantis, feministas, anti-raciais, contra a guerra do Vietnã. Esse momento de grande ebulição urbana chama a atenção das ciências sociais para compreender o que ocorria nas cidades naquele momento.

Esse é um período de importantes debates, e da própria renovação do marxismo, em busca de apreender esses movimentos sociais, mudando o enfoque da esfera da produção, do âmbito do trabalho na fábrica, à esfera do consumo, do urbano e do Estado, ou seja, acerca da reprodução das relações sociais. A Geografia anglo-americana é marcada pelas discussões sobre sua relevância na sociedade e de sua ação na justiça social (JOHNSTON, 1986). É nesse contexto que David Harvey, até então ligado à Geografia Teorética, assume cada vez mais uma perspectiva marxista em seus trabalhos.

A obra que marca essa transição é *A justiça social e a cidade*, publicada em 1973. A estrutura do próprio livro, um conjunto de ensaios, demonstra essa trajetória; na primeira

parte, denominada de “formulações liberais”, são apresentadas as questões de planejamento e de justiça social em relação à distribuição da renda; na segunda parte, denominada de “formulações socialistas”, discute-se o problema do gueto nas cidades dos Estados Unidos na perspectiva marxista; a terceira parte, busca uma síntese entre as duas partes anteriores.

Na introdução, o autor justifica que não há uma divergência entre a primeira e a segunda parte do trabalho, mas uma evolução de seu pensamento sobre o tema, a partir da qual a segunda parte incorpora a primeira de um modo dialético.

O eixo da abordagem desenvolvida é articular os processos sociais e as formas espaciais, nessa intersecção, a proposição de uma teoria do urbanismo⁷, a partir da qual é fundamental uma conceituação de espaço, de onde sobressai seu caráter relacional, a exemplo de “ambiente construído”, conceito que Harvey continuaria a desenvolver em trabalhos posteriores.

A primeira parte, apoiada numa abordagem de modelos e sistemas, e análises de equilíbrio, recai num relativismo, segundo o próprio autor. Ao abordar a redistribuição da renda real em um sistema urbano, também incorre na distribuição desarticulada da produção e demonstra a insuficiência metodológica do neopositivismo para explicar a questão da segregação nos guetos.

Na segunda parte, em antítese, adota a aplicação das categorias marxistas, como valor de uso e valor de troca, renda da terra, modo de produção etc. Articulou a essa questão a dinâmica dos atores no mercado de moradia, proveniente de análises de microeconomia. Harvey fez um grande esforço para avançar e atualizar ao contexto do capitalismo monopolista, uma vez que Marx concentrou seus estudos no capitalismo inglês do século XIX, a exemplo da renda do solo agrícola, que ficou inacabada.

Harvey faz uso do método materialismo histórico-dialético, tendo como categoria principal o valor excedente como chave para compreender a formação da cidade e sua evolução, visando à construção de uma teoria do urbanismo, como forma de conexão dos processos sociais e as formas espaciais, articulada a uma totalidade que corresponde ao modo de produção capitalista contemporâneo. Assim, conclui que o urbanismo nas sociedades capitalistas pode ser analisado em termos de criação, apropriação e circulação de mais-valia, por meio de uma “economia espacial”:

Essa concepção da economia espacial é mais instrutiva do que a convencional existente em geografia e na ciência regional, que se baseia na noção de Adam Smith de que cada coisa pode ser explicada por uma demanda insaciável do consumidor e ganhos mútuos do comércio. É mais realista, por isso, conceber uma

economia espacial urbanizada como um artifício criador, extrator e concentrador de excedente (HARVEY, 1980, p. 203-204).

Entretanto, Harvey ainda estava preso ao debate na época, do estruturalismo e de um marxismo ortodoxo, sobre estrutura e superestrutura, que atualmente está superado. Esboça uma posição ambígua em relação ao estruturalismo, evidenciado no tratamento da cidade como um sistema urbano em ambas as partes do livro.

Naquele momento, de acordo com Soja (1993), além de opor-se a uma abordagem historicista:

A “leitura” estruturalista era especialmente atraente para a geografia marxista, pois fornecia uma racionalização epistemológica aparentemente rigorosa para escavar por baixo da aparência superficial dos fenômenos (os efeitos espaciais) e descobrir as raízes explicativas nas relações de produção sociais estruturadas e estruturantes. Isso se enquadrava perfeitamente no projeto e na lógica formadores da análise geográfica marxificadora (SOJA, 1993, p. 69).

A rápida inflexão de Harvey ao marxismo, apesar da boa repercussão de *A justiça social e a cidade*, expôs lacunas que foram alvos de críticas. Isso o levaria a se aprofundar nos estudos marxistas e sua articulação com a Geografia, o que resultaria quase dez anos depois na publicação de *Os limites do capital*, em 1982, considerada pelo próprio autor sua obra principal (HARVEY, 2005). Nesse sentido, também a proposição do *método materialismo histórico-geográfico*, no desvendamento da *geografia histórica do capitalismo e seu desenvolvimento geográfico desigual* (HARVEY, 2004); para o autor:

Mesmo que a expressão “materialismo histórico”, observo, apaga a importância da geografia, e se venho me empenhando nos últimos anos para implantar a idéia do “materialismo histórico-geográfico” é que a mudança dessa terminologia nos prepara para olhar com mais flexibilidade e, espero, mais coerência a significação em termos de classes de processos como a globalização e o desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2004, p. 81-82).

Segundo Johnston (1986), *A justiça social e a cidade* constituem a contribuição mais importante para o desenvolvimento de uma teoria materialista com aplicação na Geografia. Não obstante, o autor asseverava que: “O que é necessário é um novo paradigma para uma ciência social unificada (incluindo a Geografia), que trate dos problemas em toda a sua complexidade e forneça não somente uma teoria, mas também a base para a ação” (JOHNSTON, 1986, p. 247-248).

Também no ano de 1973, Lacoste escreve um capítulo na obra “A filosofia das ciências sociais”, no qual critica a Geografia francesa à época, que será um esboço do livro de 1976, *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, apontando suas ambiguidades e questionando para que serve de fato a geografia (LACOSTE, 1974).

A Geografia havia se afastado do debate da construção de uma teoria social crítica, assim como para reafirmar seu campo de atuação em relação às demais ciências sociais.

Em 1976, Yves Lacoste publica *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, um ensaio eminentemente apologético, e que gerou bastante polêmica, como o próprio autor discute no prefácio à terceira edição de 1985⁸.

Lacoste inicia a obra afirmando que a Geografia escolar e universitária se tornou um saber simplório e enfadonho, questionando para que serviria a Geografia e de fato qual seria sua função social. Essa Geografia descritiva e fragmentada, com suas bases em Vidal de La Blache, a partir das quais o conceito de região autonomizada torna-se um obstáculo, acaba dissimulando o seu verdadeiro propósito: o de instrumento de dominação para aqueles que detêm o poder.

A geografia francesa do pós-guerra, tendo como um de seus principais expoentes Pierre George e a Geografia Ativa, a qual Lacoste foi um de seus participantes, também se omitiu das questões políticas mais importantes:

Essa geografia ativa global deveria, logicamente, levar em consideração os problemas geopolíticos. Mas Pierre George os rejeita categoricamente, desde o início da obra. [...] Essa frase pela qual Pierre George proscree as questões geopolíticas, rejeitando-as numa espécie de inferno científico e político, é particularmente significativa dessa crença da corporação dos geógrafos universitários de que a exclusão da geopolítica é a condição principal para que a geografia seja reconhecida como ciência (LACOSTE, [1976] 1993, p. 130-131).

A Geografia dos Estados-maiores emprega os resultados das pesquisas científicas e sabe de modo prático para que podem servir. O autor dá o exemplo da guerra do Vietnã e de como o conhecimento espacial de pontos estratégicos, como a localização de diques, possibilitou o bombardeio destes e uma maior destruição às planícies densamente povoadas.

Assim como para as grandes firmas, a dispersão da produção é uma estratégia utilizada na sublocação e descentralização industrial, distribuindo-se por espaços geográficos mais amplos, enquanto na escala da cidade os habitantes são incapazes de prever as consequências desastrosas de um plano urbanístico.

Portanto, uma das grandes mistificações é encobrir esse saber prático e de poder da Geografia, que ocorre tanto numa Geografia escolar quanto numa “geografia espetáculo” das imagens turísticas e do *mass-media*. Aponta também a proletarização do pesquisador e do professor de Geografia que têm seus conhecimentos alienados por aqueles que os pagam.

É nesse sentido que propõe um resgate da geopolítica, estigmatizada por sua associação hitlerista. Isso passa pelo entendimento das cartas geográficas e suas diferentes escalas, pois um fenômeno pode ser invisível numa determinada escala, mas se manifestar em outra.

A temática das escalas geográficas será fundamental, pois envolve a representação do objeto principal da Geografia. Conforme o autor, assinala dois movimentos metodológicos de análise espacial:

Esse esquema ilustra essa maneira de pensar o espaço baseado fundamentalmente sobre a combinação de dois métodos de análise espacial: de um lado a distinção sistemática de diferentes níveis de análise, segundo as diferentes ordens de grandeza, segundo as dimensões que têm os múltiplos conjuntos espaciais, na realidade; de outro lado, a cada um desses níveis, o exame sistemático das intersecções entre os contornos dos diversos conjuntos espaciais da mesma ordem de grandeza (LACOSTE, [1976] 1993, p. 92).

Nessa intersecção entre as escalas, está colocado um movimento, que compõem uma situação global ou totalidade, em que a própria cartografia ganha dinâmica. Estabelece-se uma prática global, assim como uma geografia global, aquela que supera os dualismos.

Contudo, é bem evidente que, para avançar nesse domínio, não se pode utilizar a "geografia dos professores", tal como ela é atualmente, amputada de toda prática e se recusando a qualquer reflexão epistemológica. É preciso uma outra geografia que seja uma teoria dos conjuntos espaciais e uma práxis da articulação dos diferentes níveis de análise (LACOSTE, [1976] 1993, p. 192).

A concepção de espaço é muito mais operacional do que simplesmente teórico, enfatizando-se a prática geográfica:

A articulação metódica dos diferentes níveis de análise, quer se trate do tempo ou do espaço, é uma das grandes dificuldades do raciocínio do geógrafo ou do historiador, mas é somente dessa maneira que ele se toma um saber-pensar o tempo ou um saber-pensar o espaço, isto é, o instrumental conceitual que permite apreender mais racionalmente e mais eficazmente, senão a totalidade do "real", ao menos uma bem ampla margem da realidade (LACOSTE, [1976] 1993, p. 256).

Lacoste aponta dificuldades epistemológicas na articulação da geografia ao marxismo, dentre estas a geografia tratar da interação de diversas ciências físicas e humanas, enquanto o marxismo está mais voltado às “[...] desiguais relações de produção entre os homens” (LACOSTE, 1993, p. 147). Na sequência, Lacoste crítica um reducionismo econômico do marxismo:

[...] contrariamente à tendência dos marxistas que reduzem ao Econômico as características e as contradições das diversas sociedades, não se podem reduzir os problemas políticos, e mormente os problemas de poder às modalidades de apropriação dos meios de produção (LACOSTE, 1993, p. 148).

Lacoste também não poupou críticas à Geografia urbana – às quais Harvey não estaria isento –, afirmando que sua orientação ao marxismo ocorreu de uma forma genérica, pois esta aplicou alguns conceitos dessa corrente à problemática urbana que não poderiam ser simplesmente extrapolados às outras vertentes da geografia.

Entretanto, Lacoste discorre mais sobre as dificuldades de articulação da Geografia ao marxismo do que uma proposição epistemológica mais efetiva, a não ser a de uma geografia multidimensional dos conjuntos espaciais. Como sua ênfase está colocada no poder e no político, parece não vislumbrar uma maior articulação ao marxismo, o qual não há um tratamento direto dessas esferas na qualidade de uma teoria. De outro lado, também assinala a importância do anarquismo de Elisee Reclus para a postulação de uma geografia crítica.

No aspecto mais político, ressalta o papel da Revista *Heródote*, lançada também em 1976, e sua importância para os debates políticos e geopolíticos de uma forma interdisciplinar e, nesse sentido, evidencia a ação do geógrafo, sua práxis espacial e seu papel político.

Em 1971, Milton Santos, que estava exilado, publica em francês *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. No contexto de crise dos paradigmas clássicos da Geografia, identifica os problemas metodológicos da disciplina, a necessidade de sua reformulação, com destaque para os dilemas da Geografia Geral e a Geografia Regional, em que o próprio conceito de região é colocado em discussão. Propõe uma nova concepção de espaço inseparável do tempo, a partir das interações entre fluxos e rugosidade, assim como a especificidade do espaço nos países subdesenvolvidos, no contexto do espaço global (SANTOS, 2009).

Todavia, não há ainda uma fundamentação com base no materialismo histórico-dialético, embora haja referência à dialética. As repostas a essas questões serão apresentadas com mais densidade e a formulação de novos paradigmas, com a publicação de *Por uma Geografia nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*, em 1978.

Na introdução da obra de 1978, Milton Santos salienta que desde a sua sistematização, ao final do século XIX, a Geografia esteve mais preocupada em discutir sobre ela própria como disciplina entre as ciências do que o seu objeto, o espaço geográfico. De um modo geral, é essa a discussão que norteia a elaboração do ensaio, o qual o autor realiza um amplo estudo sobre os paradigmas das ciências humanas e sociais, com vistas a uma renovação dos paradigmas da Geografia, e essencialmente a concepção de seu objeto, conduzindo a uma reformulação teórico-metodológica.

A partir desse pressuposto, Santos realiza uma revisão crítica dos fundamentos clássicos da Geografia, assim como os do período pós-guerra, apoiados nos modelos e sistemas da Geografia quantitativa, assim como os da Geografia da percepção e comportamental. A seguir, concebe a proposição de uma Geografia Crítica, a qual a concepção de espaço, apoiado no materialismo histórico-dialético, é essencial:

Isto supõe que se reconheça um objeto à geografia e que se hajam identificados suas categorias fundamentais. É bem verdade que as categorias mudam de significado com a história, mas elas também são uma base permanente e, portanto, um guia permanente para a teorização. Em nosso caso, trata-se da produção do espaço (SANTOS, 1978, p. 111).

O autor apoia-se especialmente em Sartre para a definição do espaço. Com base neste, discute a noção de “prático-inerte” que atua como uma contrafinalidade que condiciona a atividade dos homens. Entretanto, afirma que “Quando se trata do espaço humano, não se fala mais de prático-inerte, mas de inércia dinâmica” (SANTOS, 1978, p. 137).

Nesse sentido, Santos estabelece o espaço social e sua produção tanto como um fato social, quanto um fator social e uma instância social. Estas serão noções basilares sobre o espaço. Articulado a uma dialética socioespacial, o espaço não é apenas um reflexo social, mas um fato, ou seja, uma realidade objetiva, e também um fator social: “De logo, pode-se falar do espaço como condição eficaz e ativa da realização concreta dos modos de produção e de seus momentos” (SANTOS, 1978, p. 139).

Enquanto instância, Santos critica teóricos marxistas que consideram a sociedade como um sistema ou uma estrutura subdividida nas instâncias: econômica, política, ideológica etc., mas o espaço não é considerado como tal, isto é, uma estrutura dotada de autonomia relativa. Em contraposição, afirma que: “A estrutura espacial, isto é, o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante” (SANTOS, 1978, p. 145).

Tomando como referência Henri Lefebvre, ressalta o processo de produção social do espaço, a partir da relação homem – natureza, afirmando que o ato de produzir é o ato de produzir espaço, transformando a natureza primária em segunda natureza, ou natureza socializada. “O que propomos como objeto dessa geografia renovada é o estudo das sociedades humanas em sua obra de permanente reconstrução do espaço herdado das gerações precedentes, através das diversas instâncias da produção” (SANTOS, 1978, p. 195).

A seguir, o autor discute o conceito de formação socioespacial, uma de suas maiores contribuições – já proposto em trabalho anterior (SANTOS, 1977). Afirma que não há sociedade a-espacial, portanto, a formação social é também formação socioespacial.

[...] a noção de formação social como categoria da realidade e como categoria analítica parece constituir o meio mais adequado para ajudar na formulação de uma teoria espacial válida. Essa categoria concerne à evolução diferencial das sociedades – em seu próprio quadro e em relação com forças externas das quais frequentemente lhe vem um impulso motor. Acima de tudo, a base fundamental da explicação vem da produção, isto é, do trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta (SANTOS, 1978, p. 201).

A discussão sobre o conceito de território é sucinta, este aparece mais vinculado ao uso e pouco diferenciado de espaço, por exemplo: “A utilização do território pelo povo cria o espaço” (SANTOS, 1978, p. 189). O propósito é de tornar o conceito operacional a uma análise mais concreta, afastando-se relativamente das subjetividades das relações de poder que apropriam os territórios. A categoria *território usado* aparecerá mais discutida em trabalhos posteriores⁹.

Em síntese, Santos buscou uma renovação epistemológica da Geografia, a partir de suas categorias, especialmente a de espaço, a qual articulam-se às demais categorias paisagem, região, lugar e território. A concepção de totalidade, ou seja, a sociedade global, abordada de modo dialético, foi fundamental, por exemplo, para a superação do dualismo sociedade – natureza.

Não obstante, receber críticas de ecletismo, sua trajetória demonstra o esforço de reelaboração de paradigmas e teorias concebidos nos países centrais para a realidade dos países subdesenvolvidos e a especificidade destes, embora não desvinculados do espaço mundial, a exemplo dos trabalhos de grande expressão *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* e *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*; denotam a formulação de uma teoria crítica da urbanização na periferia do capitalismo e de uma epistemologia, na qual criou um universo teórico próprio (SANTOS, 2004).

Em retrospectiva, Santos (2004) argumenta que o marxismo, em razão de não tratar de uma categoria espacial, colocou grandes obstáculos a uma geografia marxista:

Muitos marxistas admitiram que expressões como *condições objetivas* e outras encontradas no trabalho de Marx seriam suficientes para substituir a noção de espaço. Tais expressões, na realidade, referiam-se aos condicionamentos econômicos e, de qualquer forma, a ausência de uma definição da categoria espaço constituía um obstáculo epistemológico de monta para a construção de uma teoria de marxista do espaço geográfico (SANTOS, 2004, p. 106).

Argumenta ainda que esta seria uma oportunidade para uma renovação tanto da geografia quanto do marxismo, mas essa ausência categorial junto a um marxismo ortodoxo levou apenas a uma retórica marxista, e reforço de economicismos e sociologismos na Geografia (SANTOS, 2004).

Em 1989, Edward Soja publica *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Como sintetiza o título, este será o enfoque do autor, professor de planejamento urbano e regional na Universidade da Califórnia, Los Angeles. O contexto da década de 1980 é o dos debates epistemológicos sobre o pós-modernismo, tomando como estudo de caso a cidade e a região de Los Angeles como arquétipos dessa concepção em evidência naquele momento.

O objetivo principal é ressaltar a interação do espaço no materialismo histórico e dialético, este marcado por abordagens historicistas.

Hoje, porém, talvez seja mais o espaço do que o tempo que oculta de nós as consequências, mais a “construção da geografia” do que a “construção da história” que proporciona o mundo tático e teórico mais revelador. São essas a premissa e a promessa insistentes das geografias pós-modernas” (SOJA, 1993, p. 7).

Inicialmente, o autor faz uma breve discussão sobre a modernidade e como esta enfatizou a análise histórica em detrimento de uma análise geográfica, com a subordinação do espaço na teoria social. Desde o “idealismo espacial” de Kant aos problemas metodológicos da Geografia, fundamentalmente, o empirismo descritivo também contribuiu para um isolamento da disciplina em meados do século XX, dentro da divisão acadêmica do trabalho.

O autor concebe o período pós-moderno como uma reestruturação da modernidade pós-iluminismo, e não simplesmente uma ruptura desta. Também intenta desvincular o pós-moderno de uma perspectiva política reacionária, preconizando uma resistência e desmistificação dessa concepção.

A fim de caracterizar “os primórdios da geografia humana crítica pós-moderna”, para a construção de um materialismo simultaneamente histórico e geográfico, de uma dialética tríplice de espaço, tempo e ser social, apoia-se em Michel Foucault, John Berger, Ernest Mandel, Fredric Jameson, Marshall Berman, Nicos Poulantzas, Antony Giddens, David Harvey e, especialmente, Henri Lefebvre.

O autor situa a passagem ao pós-modernismo a partir do final da década de 1960, com o fim do ciclo de crescimento econômico do pós-Segunda Guerra e dos distúrbios sociais nos centros urbanos. Direciona a transição na convergência de três especializações: o *pós-historicismo*, que propõe reconceituar o ser social com vistas a equilibrar a

interpretação entre história, geografia e sociedade; o *pós-fordismo*, associado à “quarta modernização” do capitalismo e a fase mais recente de reestruturação socioespacial; e o *pós-modernismo*, que “[...] reveste-se de uma reconfiguração cultural e ideológica, de uma definição modificada do sentido vivencial da modernidade” (SOJA, 1993, p. 79).

Neste momento da reprodução capitalista, monopolista, a extração de mais-valia deixa de estar associada apenas ao mais tempo de trabalho apropriado, mas também à busca de uma mais-valia relativa por meio do uso intensivo de tecnologias e ou do deslocamento espacial para áreas onde os custos de produção são menores, caracterizados por um *desenvolvimento geográfico desigual*. A *sobrevivência do capitalismo*, como Lefebvre denominou esse processo, associa-se à *produção social do espaço*. Conforme a inversão, o objetivo do urbano não é a industrialização, mas ao contrário, a industrialização tem por fim o urbano.

A partir desse pressuposto, Soja argumenta sobre a conceituação de espaço:

A fonte geradora de uma interpretação materialista da espacialidade é socialmente produzida e, como a própria sociedade, existe em formas substanciais (espacialidades concretas) e como um conjunto de relações entre os indivíduos e os grupos, uma “corporificação” e um meio da própria vida social (SOJA, 1993, p. 147).

O autor salienta ainda que uma das maiores dificuldades da teoria social, diante do tradicional dualismo físico-mental, é a articulação das dimensões espaciais física, mental e social, todavia:

A afirmação da espacialidade (social) despedaça o dualismo tradicional e obriga a uma grande reinterpretação da materialidade do espaço, do tempo e do ser, do nexos construtivo da teoria social. Em primeiro lugar, os espaços da natureza e da cognição estão incorporados na produção social da espacialidade, como também são significativamente transformados nesse processo (SOJA, 1993, p. 148).

Assim, a natureza aparece como uma natureza social e, portanto, produzida, assim como o espaço como produto e condicionante das relações sociais.

A proposição metodológica de Soja é articulação da fundamentação teórica e prática do materialismo histórico e geográfico a uma análise empírica da espacialidade:

Uma via alternativa promissora, que acabou por me levar ao estudo da reestruturação urbana em Los Angeles [...], é a da demonstração empírica, é a aplicação de uma interpretação materialista da espacialidade às questões e às políticas do “mundo real” contemporâneo. Essa passagem para a pesquisa empírica será vital, sem dúvida, para o futuro desenvolvimento de um materialismo histórico e geográfico e de uma teoria social crítica pós-moderna reconstruída (SOJA, 1993, p. 160).

Nesse sentido, o autor aponta dois conceitos-chaves: a espacialização e a reestruturação. O primeiro visa reafirmar a ênfase espacial no discurso ontológico,

epistemológico e fenomenológico; enquanto o segundo remete a um período crítico de reprodução capitalista e de sua reação para retomada do controle da reprodução da vida material.

A partir daí, Soja desenvolve nos dois capítulos finais uma análise da cidade e da região metropolitana de Los Angeles, em outros termos, um estudo da geografia histórica do capitalismo, para o qual é tomado como estudo de caso este espaço urbano. O contexto regional da desconcentração industrial do “cinturão do gelo” ao “cinturão do sol” do território dos Estados Unidos, mais articulado aos investimentos e finanças globais, também é abordado. Nesse processo de reestruturação econômica, as relações de trabalho são alteradas, flexibilizadas e mais segmentadas, configurando uma nova divisão territorial do trabalho, que são traduzidas por maiores desigualdades socioespaciais e fragmentação do espaço metropolitano e intraurbano de Los Angeles. Aborda tanto o processo de suburbanização, falência e deslocamento de uma indústria fordista, deterioração da área central para uma reestruturação contemporânea com base em uma indústria tecnológica, militar e aeroespacial com vultuosos aportes de recursos do Estado, marcando uma “revitalização” e elitização desse espaço urbano.

Pode-se considerar a leitura e interpretação das paisagens urbanas do capitalismo de regime flexível e global da região de Los Angeles, embora expressiva, de caráter mais analítico e descritivo, em razão de não visar ou não alcançar uma maior totalidade em termos de uma síntese apoiada no materialismo dialético. Todavia, a perspectiva metodológica da totalidade no materialismo é uma de suas premissas de sua concreticidade.

Nesse aspecto, o autor afirma no posfácio que o propósito não foi o de constituir uma “totalidade”, justificando, assim, uma das premissas do pós-moderno, e também apontando os limites de uma abordagem materialista: “A tarefa da descrição regional holista e abrangente, portanto, talvez seja impossível, como talvez o seja a construção de um materialismo histórico geográfico completo” (SOJA, 1993, p. 298).

Essa posição é reforçada em entrevista em 2010, na qual afirma que assim como o marxismo aportou novas perspectivas de análises nas décadas de 1960 e 1970, na atualidade são necessárias novas categorias, e o que sobrou do marxismo é uma atitude de resistência:

Há 30 anos eu era marxista porque o marxismo trouxe um grande entendimento, uma excelente visão sobre o que estava acontecendo no mundo. Hoje... sou um pós-marxista? Sou 25% marxista? Em 40%? Em todo caso, o marxismo não é mais suficiente para compreender a dinâmica do que acontece. O que foi mantido ao

longo destes 30 anos, embora com significados diferentes, é o sentido de resistência (BENACH; ALBET, 2010, p. 58-59).

Aparentemente, Soja chega ao limite do marxismo, indicando a abertura a outras linhas de pesquisa, tais como o pós-estruturalismo, o pós-colonial, o culturalismo (?).

A esse respeito, no contexto da década de 1980, quando se verificava os debates em torno da concepção de pós-moderno, a proposta de reconceituar e re-situar este termo, dentro de uma perspectiva da teoria social crítica, era pertinente. Entretanto, o discurso conservador – de uma nova ideologia e cultura do capitalismo tardio associado a este termo – consolidou-se, tonando ambíguo seu emprego em um viés crítico atualmente. É possível tal requalificação?

De qualquer modo, o materialismo dialético pressupõe um movimento contínuo de contextualização histórica e geográfica, e reformulação de seus pressupostos e concepções a partir dos antagonismos colocados na prática socioespacial.

5. CONSIDERAÇÕES

Após cinquenta anos de Geografia crítica, o que se pode inferir dessa trajetória? Muito se avançou no campo epistemológico, com a abertura de novas perspectivas de estudos e problemáticas, mas assim como o marxismo passou por intensos debates e propostas de reformulação, a Geografia também convive com os seus dilemas frente a uma realidade que se transforma de maneira acelerada.

Retrospectivamente, a Geografia Crítica não se estruturou de um fenômeno isolado, como iniciativa de uma “escola”, muito menos de um autor, mas um movimento que foi se constituindo e amadurecendo quando o contexto social e urbano favoreceu sua eclosão, isto é, antes da década de 1960, de modo mais isolado, e depois como um movimento.

A junção de teoria e práxis diante das contradições e tensões sociais demandou um posicionamento, um compromisso de transformação social. A noção de totalidade, envolvendo teoria e práxis, resultou numa atuação política transformadora, na superação da “neutralidade” científica, apoiada na cisão do pesquisador e seu objeto.

A proposição do espaço como condição e não apenas um produto estabelece uma dialética produto-condição, a qual abre a possibilidade teórica de integrá-lo ao processo de reprodução social não como um simples apêndice, embora seja importante também escapar de qualquer fetichismo espacial.

Por outro lado, o marxismo também se reformulou, escapando às abordagens economicistas, abriu-se às perspectivas do urbano, da vida cotidiana, da cultura, embora a abordagem deva ser integradora, e não a fragmentação, imobilizante.

Há no espaço ou na cidade uma “chave espacial”? Um ponto de onde podemos partir para desvendar a sociedade contemporânea? Mas agora em um contexto de capitalismo global, financeiro e flexível, os desafios se avultam.

Nesse contexto, novas linhas de abordagem se abriram ou se afirmaram na Geografia, a exemplo da geografia do território, apoiada na concepção de poder, de cultura, uma geografia de gênero e uma geografia descolonial. Como Milton Santos indicou, ainda estamos presos a uma geografia europeia e anglo-saxônica e é preciso descolonizar a geografia.

A teoria se fragmentou, assim como as lutas sociais. A totalidade foi abandonada, o que se vislumbra como “pós-moderno”? Uma geografia multidimensional, com vários métodos. Como operacionalizá-la sem um corpo teórico consistente? O que pode unificar, do ponto de vista teórico e da práxis, essa fragmentação? O trabalho, cada vez mais segmentado e degradado, tem esse potencial?

É preciso avançar a partir de Marx, a essência lógica e histórica da sociedade capitalista é pertinente, assim como o método dialético, ao contexto do século XXI, em termos da reprodução das relações sociais e de suas contradições, colocam-se outras problemáticas: o neoliberalismo, a revolução informacional, os ativismos...

Assim como Lefebvre se esforçou para a contextualização do marxismo ao século XX, referente ao que denominou como neocapitalismo, é necessário agora pensar as grandes massas deixadas de lado do processo produtivo, a ascensão de extremismos e a militarização dos espaços.

Se Marx vislumbrou a crise final do capital a partir da crise do valor, Lefebvre enxergou a sobrevivência do capitalismo na produção do espaço, assim como a possibilidade de construção de uma sociedade urbana. Nesse movimento, a apreensão do espaço é fundamental na teoria crítica e na práxis.

REFERÊNCIAS

BENACH, N; ALBET, A. **Edward W. Soja**: la perspectiva postmoderna de un geógrafo radical. Barcelona: Icaria, 2010. 288p.

DRESCH, J. Reflexões sobre a geografia. In: DRESCH, J. et al. **Reflexões sobre a geografia**. São Paulo: AGB, 1980.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008. 384p.

GEORGE, P. A propos de la “géographie active”, réflexion sur la responsabilité des géographes. **Hérodote**, n. 33-34, p. 213-221, 1984.

GEORGE, P. Problemas, doutrinas e métodos. In: GEORGE, P. et al. **A Geografia Ativa**. São Paulo: Difel, 1980. p. 8-40.

GEORGE, P. **Sociologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1969. 288p.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 252p.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004. 384p.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

JOHNSTON, R. J. **Geografia e geógrafos: a geografia humana anglo-americana desde 1945**. São Paulo: DIFEL, 1986. 360p.

LACOSTE, Y. A Geografia. In: CHÂTELET, F. **História da Filosofia: ideias, doutrinas. A filosofia das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 221-274.

LACOSTE, Y. **Os países subdesenvolvidos**. São Paulo: Difel, 1972.

LACOSTE, Y. Perspectivas da Geografia Ativa em país subdesenvolvido. In: GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. **A Geografia Ativa**. São Paulo: Difel, 1980, p. 41-153.

LACOSTE, Y. **A Geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Papyrus, 1993. 240p.

LACOSTE, Y. Um conjunto espacial entre outros. Entrevista, 1979. **Revista de Geopolítica**, v. 8, n. 1, p. 80-87, 2017.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991. 111p.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1974. 512p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo, Documentos, 1969. 146p.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1987. 192p.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Livro 3**. São Paulo: Boitempo, 2017. 984p.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Livro 1**. São Paulo: Boitempo, 2013. 856p.

MARX, K. **Grundrisse: Manuscritos económicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011. 792p.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. 176p.

PEET, R. O desenvolvimento da Geografia Radical nos Estados Unidos. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p. 225-254.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 160p.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: EDUSP, 2009. 136p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006. 476p.

SANTOS, M. **Testamento intelectual**. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 141p.

SANTOS, M. Geografia, marxismo e subdesenvolvimento. In: DRESCH, J. *et al.* **Reflexões sobre a geografia**: São Paulo: AGB, 1980. p. 81-96.

SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1978. 288p.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81-100, 1977.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 324p.

TRICART, J. Premier essay sur la geomorphologie et la pensée marxiste. **La Pensée: revue du rationalisme moderne**, n. 47, p. 62-73, 1953.

Recebido: 01.08.2023

Aceito: 04.09.2023

NOTAS

1 A relação cidade-campo aparece melhor explanada na seção “Formas que precederam a produção capitalista” nos Grundrisse (2011, p. 627-685), na qual aborda o processo de expropriação do trabalhador e a formação do trabalho “livre”.

2 Na qualidade de edificações, instalações e infraestruturas, assim como apenas máquinas e equipamentos, uma força produtiva.

3 Anteriormente Dresch havia militado no Partido Comunista do Marrocos.

4 Título original: Réflexions sur la Gographie, *La Pensée*, n. 18, 1948, p. 87-94.

5 Título original: Geography, marxism and underdevelopment. *Antipode*, vol. 6, n. 3, 1974, p. 1-9.

6 Em 1984, após vinte anos da publicação de *Geografia Ativa*, em um ensaio na revista *Hérodote*, Pierre George faria uma autocrítica, ressaltando a necessidade de uma geografia mais dinâmica e, especialmente, de resgatar o papel político da disciplina (GEORGE, 1984).

7 Nos países anglo-saxões, o termo urbanismo apresenta um significado mais amplo associado ao urbano e à urbanização, e não um sentido estrito de uma disciplina associada ao planejamento espacial.

8 Assim como a segunda edição, passou pela reelaboração de alguns pontos.

9 “O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Como se trata de uma proposta totalmente empiricizável, segue-se daí o enriquecimento da teoria” (SANTOS, 2006, p. 20).